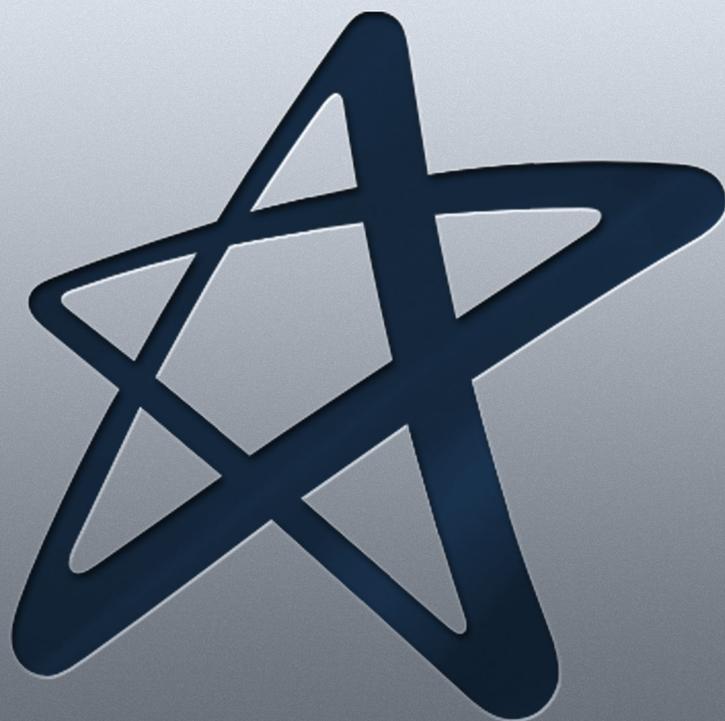


Educação Ambiental



Educação a Distância
Cruzeiro do Sul Educacional
Campus Virtual

Material Teórico



Introdução à Educação Ambiental

Responsável pelo Conteúdo:

Profa. Esp. Beatriz Siqueira

Revisão Textual:

Profa. Esp. Vera Lúcia de Sá Cicarone



- Introdução
- Os grandes eventos mundiais de educação ambiental
- O que é e para que educar ambientalmente?



**Objetivo de
APRENDIZADO**

- Nesta Unidade, abordaremos o histórico do ambientalismo no Brasil e no mundo, a relação desse movimento com o surgimento da educação ambiental no Brasil e os caminhos percorridos até os dias de hoje.
- O principal objetivo é compreender a evolução dos conceitos de educação ambiental conhecendo de onde viemos, onde estamos e para onde estamos seguindo com esse tema. É também perceber sua importância nos processos educativos que visam à transformação dos indivíduos para uma melhor qualidade de vida.



Atenção

Para um bom aproveitamento do curso, leia o material teórico atentamente antes de realizar as atividades. É importante também respeitar os prazos estabelecidos no cronograma.

Contextualização

Já faz alguns anos que a Natureza vem sofrendo danos ambientais pela ação do homem e que as populações, principalmente dos grandes centros urbanos, sofrem com os efeitos da poluição seja do ar, da água ou do solo.

Algumas pessoas possuem entendimento sobre a necessidade da preservação ambiental, mas, mesmo assim, continuam repetindo os mesmos hábitos por comodismo ou falta de informação.

A informação sozinha não é suficiente para quem deseja educar alguém; é preciso gerar mudanças de atitudes, de valores, trabalhar num nível mais interno do ser humano, no sentir. Dessa forma, quando falamos em educação ambiental, em primeiro lugar, temos que pensar na sensibilização aliada à informação, para, aí sim, colhermos os frutos de uma sociedade que cause menos danos ao meio em que vive.

Introdução



“No final, nosso sucesso em salvar o Planeta dependerá fundamentalmente da ação de pessoas, e isto, por sua vez, vai se basear nas suas mais profundas motivações pessoais.”

Maurice Strong – Secretário Geral da Rio 92

Fonte: Thinkstock / Getty Images



No início dos anos 50, houve um grande acidente ambiental na cidade de Londres, na Inglaterra, em que a cidade foi envolta pelo “smog”, uma poluição atmosférica de origem industrial que matou milhares de pessoas. Na mesma década, outra catástrofe ambiental ocorreu na cidade de Minamata, no Japão, na qual os efeitos da poluição por mercúrio, devido aos despejos industriais, resultaram em graves danos à população que causaram desde problemas neurológicos até o nascimento de bebês com anencefalia, ou seja, sem cérebro. Esses fatos repercutiram mundialmente e geraram os primeiros debates na sociedade a respeito da qualidade ambiental.

No mundo pós-guerra, houve um grande esforço, entre os países que ocupavam a liderança mundial, no sentido de se recuperarem economicamente, e a produção industrial foi acelerada sem medir esforços, trazendo grandes danos ambientais à qualidade das águas, do ar, do solo e das florestas.

O avanço tecnológico readaptou descobertas do tempo da guerra, como, por exemplo, a do DDT, veneno organoclorado usado, inicialmente, para fins bélicos e que passou a ser utilizado na agricultura. Este se mostrou muito eficiente no combate a pragas, porém não houve uma previsão dos efeitos negativos causados ao ambiente e à saúde humana devido ao seu efeito cumulativo e ao uso indiscriminado.

Em 1962, foi lançado o livro “**Primavera Silenciosa**” pela jornalista norte-americana Rachel Carson, que é considerado um marco para as grandes mudanças ambientais. A autora descreveu a forma predadora de atuação dos setores produtivos e as tragédias que já estavam acontecendo, como, por exemplo, o uso do veneno DDT (CZAPSKI, 1998, p.26). O livro foi um grande sucesso, com muitas reedições esgotadas, e provocou uma reflexão na sociedade sobre a perda da qualidade de vida.

Em 1968, foi realizada em Roma, na Itália, uma reunião de cientistas, pedagogos, industriais, economistas, funcionários públicos, humanistas, entre outros, para discutir o consumo e as reservas de recursos naturais não renováveis e o crescimento da população mundial até meados do século XXI. Tal reunião ficou conhecida como o “**Clube de Roma**” e as conclusões deixaram clara a necessidade de se buscar meios para a conservação dos recursos naturais e de controlar o crescimento populacional além de se investir numa mudança radical nos padrões de consumo. Alguns relatórios foram produzidos nesse encontro, e um deles, o chamado “Os Limites para o Crescimento”, publicado em 1972, trouxe uma análise do que poderia acontecer se a Humanidade não mudasse seus métodos econômicos e políticos. Esse documento foi alvo de muitas críticas, mas foi, durante muitos anos, documento referência por propor um modelo de análise ambiental global e, sobretudo, por alertar a Humanidade sobre o tema.

Os debates e conclusões do Clube de Roma colocaram o problema ambiental em nível planetário e, como consequência disso, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou, entre 5 e 16 de junho de 1972, em Estocolmo, na Suécia, a Primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano. Desde então, o dia 5 de junho tornou-se o dia mundial do Meio Ambiente. Dentre alguns resultados da Conferência, vale destacar:

- » a criação de um organismo novo, da própria ONU, só para a área ambiental: o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA);
- » a Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano, que apresentou vinte e seis princípios comuns para a preservação ambiental;
- » a necessidade de um trabalho de educação voltado para as questões ambientais, visando aos jovens e adultos, a fim de estimular uma conduta responsável em prol do meio ambiente e de toda sua dimensão humana;

A partir do último item, percebemos o surgimento do que hoje se aproxima do entendimento sobre educação ambiental.

Segundo Marques (2008, p.20):

A ideia de educação ambiental foi sendo construída dentro desses movimentos como instrumento para envolver a sociedade, denunciando e divulgando a necessidade de se utilizar os recursos naturais de maneira moderada, sem levá-los à exaustão, de modo que sua recuperação seja possível de maneira espontânea; noutras palavras, isto quer dizer preservar sua capacidade de renovação, portanto sua autossustentação e conservação.

Os grandes eventos mundiais de educação ambiental



Carta de Belgrado, 1975

Em Belgrado, na ex-Iugoslávia, atual Sérvia, em 1975, foi realizada uma reunião de especialistas, na qual se definiram os objetivos da educação ambiental, publicados no que se convencionou chamar de **“A Carta de Belgrado”**. Esse documento preconizou a necessidade de uma nova ética global, capaz de promover a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, da exploração e da dominação humana. Além disso, o documento censurou o desenvolvimento de uma nação às custas de outra e acentuou as vantagens de formas de desenvolvimento que beneficiassem a toda a humanidade.



Um Trecho da Carta de Belgrado, de 1975

“Governantes e planejadores podem ordenar mudanças e novas abordagens de desenvolvimento que possam melhorar as condições do mundo, mas tudo isto não se constituirá em soluções de curto prazo, se a juventude não receber um novo tipo de educação. Isto vai requerer um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escola e comunidade, entre o sistema educacional

e a sociedade. É nesse sentido que devem ser lançadas as fundações para um programa mundial de Educação Ambiental que torne possível o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades, valores e atitudes, visando à melhoria da qualidade ambiental e, efetivamente, à elevação da qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.” Fonte: A implantação da Educação Ambiental no Brasil, Brasília – DF, 1998, p. 31

Conferência de Tbilisi, 1977

Em Tbilisi, na extinta União Soviética, atual Geórgia, ocorreu, em 1977, a 1ª Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, na qual a educação ambiental teve seus princípios norteadores e seu caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador reconhecidos internacionalmente. Essa Conferência é considerada o marco principal na história da educação ambiental mundial e dela saiu a Declaração de Tbilisi, um documento fortemente baseado nos princípios estabelecidos em Belgrado e que, até hoje, são referência para o desenvolvimento de políticas relacionadas à educação ambiental no mundo todo.

Apresentamos, a seguir, alguns princípios que merecem destaque:

- » Considerar o meio ambiente em sua totalidade: em seus aspectos natural e construído, tecnológicos e sociais, econômico, político, histórico, cultural, moral e estético;
- » Constituir um processo permanente e contínuo durante todas as fases do ensino formal;
- » Aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada área, de modo que se consiga uma perspectiva global da questão ambiental;
- » Promover a participação dos alunos na organização de suas experiências de aprendizagem, dando-lhes a oportunidade de tomar decisões e aceitar suas consequências.

Congresso Internacional de Moscou, 1987

Dez anos após Tbilisi, ocorreu, em 1987, em Moscou, a Conferência Internacional sobre Educação e Formação em Meio Ambiente, um encontro em que centenas de especialistas debateram os progressos e dificuldades encontrados pelos países na área de educação ambiental. No documento final “Estratégia Internacional de Ação em Matéria de Educação e Formação Ambiental para o Decênio de 90”, ressaltou-se a necessidade de atender, prioritariamente, à formação de recursos humanos nas áreas formais e não formais da educação ambiental e de incluir a dimensão ambiental nos currículos de todos os níveis de ensino. Nesse documento, há, ainda, o reconhecimento da necessidade de adotar enfoque integrado para resolver os problemas ambientais, com a perspectiva de um desenvolvimento autossustentado nos níveis comunitário, regional, nacional e internacional.

Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco -92), Rio de Janeiro, 1992

Em junho de 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, ocorreu uma grande reunião chamada Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, comumente conhecida por Eco-92, Rio-92 ou Cúpula da Terra. O objetivo desse encontro foi estabelecer acordos internacionais para minimizar as ações do homem no meio ambiente e discutir sobre o grande desafio de conciliar conservação e desenvolvimento. Reunindo delegações oficiais de 178 países e uma centena de pessoas, foi possível aos participantes, durante 11 dias, trocar diferentes experiências, acessar informações por meio de palestras, debates e, principalmente, compartilhar muitos conhecimentos. Durante a Eco-92, aconteceram dois eventos muito significativos para a educação ambiental: a “I Jornada Internacional de Educação Ambiental” e o “Workshop de Educação Ambiental”. Desses eventos, nasceram três documentos que são as principais referências para o trabalho dos educadores ambientais. São eles:

- **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global** – deixa claro o compromisso da sociedade civil para a construção de um modelo mais harmônico e humano de desenvolvimento, reconhecendo os direitos humanos de todas as gerações, questões de gênero, o respeito às diferenças e o direito à vida.



Ideias-chave

“Este tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve, portanto, propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação. Nós signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a proteção da vida na Terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Nos comprometemos com o processo educativo transformador através de envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado mas ainda assim belo planeta.”

(parágrafo de apresentação do **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**).

Fonte: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=73>

- **Carta Brasileira de Educação Ambiental** – destaca que deve haver um comprometimento entre os poderes federal, estadual e municipal em cumprir a legislação brasileira que dispõe sobre a introdução da educação ambiental em todos os níveis de ensino.
- **Agenda 21** – importante documento por meio do qual mais de 170 países se comprometeram a seguir um planejamento de desenvolvimento aliado à conservação. A educação ambiental é contemplada no capítulo 36 do documento que dispõe sobre a “promoção do ensino, da conscientização e do treinamento, envolvendo todos os setores da sociedade através da educação formal e não formal.”



Explore

Para saber mais sobre Agenda 21, acesse o site do Ministério do Meio Ambiente <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>

Conferência de Thessaloniki, Grécia, 1997

Cinco anos após a Eco-92, realizou-se, na Grécia, a Conferência Internacional sobre Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade. Esta Conferência contou com representantes do governo, de organizações não governamentais (Ongs) e da sociedade civil e, nela, foi reafirmada a importância da educação ambiental e da conscientização pública para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável e também se introduziu, oficialmente, a ideia de educação para sustentabilidade.



Explore

Para saber mais sobre a Declaração de Thessaloniki, acesse:

<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/item/8070-declara%C3%A7%C3%A3o-de-thessaloniki>

Marcos históricos nacionais da educação ambiental

1988 - Constituição Federal de 1988 instituiu a Educação Ambiental como obrigação do poder público;

1997 – 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental em Brasília;

1999 – Criação do Programa Nacional de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (PRONEA);

1999 - Aprovação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795/99);

2002 – Lançamento do Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis.

Para saber mais sobre dados históricos da educação ambiental no Brasil, acesse:

» <http://www.mma.gov.br>



Fonte: Thinkstock / Getty Images

Evolução do conceito de educação ambiental

A partir da mudança do conceito de meio ambiente, que deixou de ser limitado ao meio natural e passou a incluir o meio construído e o meio social, com a presença do homem e suas relações, houve também uma ressignificação do conceito da educação ambiental. A educação ambiental passou de simples abordagem ecológica para um processo de aprendizagem permanente, de compreensão do meio ambiente com suas complexas relações de interdependência com o ser humano.

A educação ambiental tornou-se uma importante ferramenta para alcançar o meio ambiente equilibrado, a qualidade de vida, possibilitando o resgate da consciência individual e coletiva de respeito a todas as formas de vida. Trouxe à luz novos termos, como interdisciplinaridade, cooperação, sustentabilidade, coletividade, competências, habilidades, responsabilidade, entre outros.

Dessa forma, percebemos como se deu a evolução do conceito e como chegamos ao que, hoje, entendemos como educação ambiental e suas formas de atuação.



Fonte: Thinkstock / Getty Images

O que é e para que educar ambientalmente?



Algumas definições de Educação Ambiental

“Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.” (Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art 1º.)

“A educação ambiental é a ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido à transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para a dita transformação.” (Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária – Chosica/Peru, 1976)

“A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida” (Conferência Intergovernamental de Tbilisi, 1977)

“A Educação Ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e corresponsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais.” (SORRENTINO et al., Educação ambiental como política pública, 2005)

“A EA deve se configurar como uma luta política, compreendida em seu nível mais poderoso de transformação: aquela que se revela em uma disputa de posições e proposições sobre o destino das sociedades, dos territórios e das desterritorializações; que acredita que mais do que conhecimento técnico-científico, o saber popular igualmente consegue proporcionar caminhos de participação para a sustentabilidade através da transição democrática”.

(SATO, M. et al., Insurgência do grupo-pesquisador na educação ambiental sociopoética, 2005)

<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>

Como percebemos, existem muitas definições para o conceito de educação ambiental e, na verdade, não há uma certa ou errada; todas têm sua relevância, a partir do momento em que foram criadas para suprir as necessidades de diferentes contextos.

De uma forma mais abrangente, percebemos que o sentido maior da educação ambiental é propiciar a manutenção dos recursos naturais por meio de processos educativos e participativos em prol do bem comum e da qualidade de vida.

Educar ambientalmente para que e para quem?

A Educação ambiental pode tanto utilizar espaços formais como não formais. O espaço formal é constituído, principalmente, pela escola, onde há princípios e regras a serem seguidos para aquisição de conhecimentos. No entanto, o “saber ambiental” pode invadir nossas vidas mediante outros meios. Nossa casa, a rua, o parque, a praça, o museu, a televisão, a internet, o vídeo, o jornal e o rádio são espaços informais nos quais podemos adquirir inúmeras informações relativas ao meio ambiente. (FEDERSONI, 2000).

Por isso, educar ambientalmente é uma tarefa muito mais séria do que se imagina. Constitui um esforço permanente de reflexão, garantindo um compromisso com o futuro, envolvendo uma nova filosofia de vida (AB'SABER, 1993)

É um processo de formação e informação orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais. Ela se caracteriza por incorporar as dimensões social, econômica, política e cultural de cada localidade. Seu princípio tem alicerces ideológicos, pois é, principalmente, um ato político em que exercitamos o nosso compromisso com a sustentabilidade nas mais variadas atividades do nosso dia a dia.

Assim sendo, a Educação Ambiental deve ser um processo permanente de aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência global.

Resolver problemas ambientais significa enfrentar problemas sociais e econômicos que assolam a humanidade. Uma população bem informada e engajada participará eficazmente, pois a informação e a compreensão compartilhada favorecerá a realização de um trabalho construtivo. Para tanto, será necessário iniciar pelos problemas que as pessoas captam e compreendem na esfera local, a base para avançar para uma compreensão mais ampla.

É necessário que se compreenda como funcionam os sistemas naturais, para que se utilize de técnicas e instrumentos para um gerenciamento ambiental criterioso, eficiente e produtivo, em que os seres humanos devem agir como guardiões dos recursos naturais, não permitindo que sejam explorados irracionalmente, pois esses recursos devem ser administrados com sabedoria.

Cuidado e respeito são palavras essenciais que não devem ser esquecidas quando falamos de meio ambiente. Tais palavras devem ser utilizadas não só em relação aos recursos naturais, mas também em relação às pessoas, aos seres humanos que vivem e interagem nesse mesmo ambiente, pois só em equilíbrio com o meio externo vamos conseguir manter a permanente qualidade de vida.

Material Complementar

Para complementar os conhecimentos adquiridos nesta unidade, acesse:

Histórico do ambientalismo e da Educação Ambiental:

- <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-mundial>

Apresentação em PowerPoint histórico da educação ambiental

- <https://www.google.com.br/#q=conferencia+internacional+de+moscou+1987>

Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA

- <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>

Vídeos

Rio 92 Balanço

- <https://www.youtube.com/watch?v=nB1iPuVKRB8>

Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

- https://www.youtube.com/watch?v=jAt1vWu_ANY

Referências

AB'SABER A. (Re) **Conceituando a Educação Ambiental**. In: _____. Universidade Brasileira na (Re) Conceituação da Educação Ambiental. Brasília;1993.

CZAPSKI, S. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília –DF: Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e Desporto, 1998.

JR. FEDERSONI P. **Educação Ambiental em Museus**. Jornal do Conselho Regional de Biologia. São Paulo: CRB; julho 2000.

MARQUES, S.M. **Educação Ambiental, aprender fazendo**. Belo Horizonte:s.n.,2008



Educação a Distância

Cruzeiro do Sul Educacional

Campus Virtual

www.cruzeirodosulvirtual.com.br

Campus Liberdade

Rua Galvão Bueno, 868

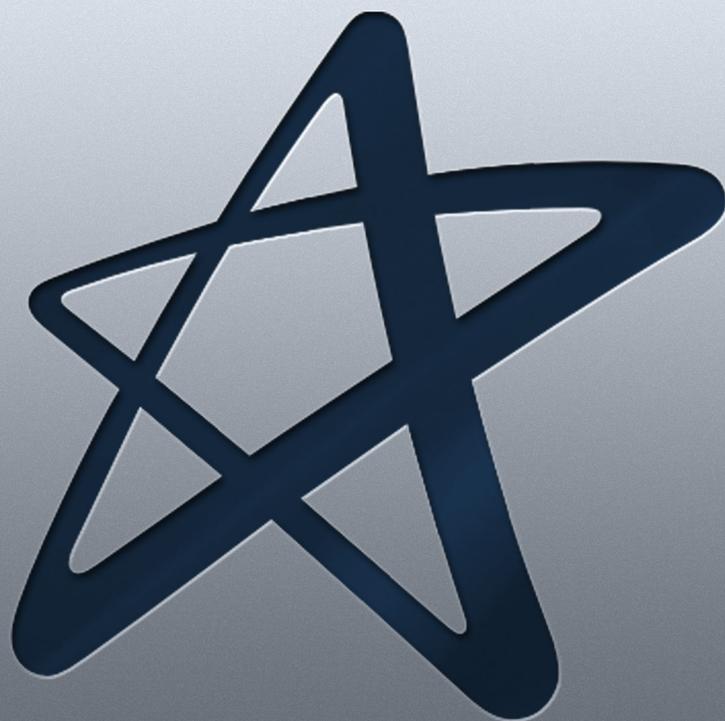
CEP 01506-000

São Paulo SP Brasil

Tel: (55 11) 3385-3000



EDUCAÇÃO AMBIENTAL



Material Teórico



Dimensões da Educação Ambiental

Responsável pelo Conteúdo:

Profa. Esp. Beatriz Siqueira

Revisão Textual:

Profa. Esp. Vera Lúcia de Sá Cicarone



- Educação ambiental crítica e emancipatória
- Educação ambiental no ensino
- Educação ambiental e sustentabilidade
- Interface da gestão ambiental com a educação ambiental



**Objetivo de
APRENDIZADO**

Nesta unidade, abordaremos as diferentes dimensões da educação ambiental.

O principal objetivo é compreender como ela ocorre nas diferentes esferas e perceber sua importância e aplicação em cada dimensão apresentada.

1. Aviso: É o primeiro contato com o aluno;
2. Mapa Mental: Representação Visual da Organização da disciplina contemplando os conteúdos e suas relações;
3. Contextualização: Texto Introdutório lembrando a importância dos conteúdos abordados;
4. Material teórico: Conhecendo e estudando a Epidemiologia;
5. Apresentação narrada: no formato “adobe presenter”, que sintetiza o conteúdo teórico;
6. Vídeoaula: Aula em vídeo do conteúdo estudado na unidade;
7. Atividade de Sistematização: Atividade avaliativa do tipo teste de múltipla escolha, baseada nos conteúdos estudados no “Material teórico”, com autocorreção pelo Blackboard.
8. Atividade de Aprofundamento - Atividade Avaliativa:
 - Unidades I e III – Fórum de discussão
 - Unidades II e IV - Atividade de Aprofundamento: Reflexiva ou Aplicação
9. Referências bibliográficas.

Como método de estudo, você deverá realizar as atividades de leitura, na sequência fazer as atividades de fixação dos conteúdos (Atividade de Sistematização), e as atividades de interação (Fórum, Reflexiva ou Aplicação). É importante também acessar o material complementar.

Contextualização

A educação ambiental fornece tantas possibilidades de atuação que é preciso conhecer suas diferentes concepções para refletirmos sobre nossa realidade e enfrentarmos os desafios para a conquista dos nossos sonhos.

Sendo assim, vamos discutir, nesta unidade, sobre a importância da educação ambiental crítica e emancipatória para os processos de participação cidadã visando a transformações na sociedade; as diferentes linhas de educação ambiental dentro do ensino; a educação voltada para a sustentabilidade com olhos nas presentes e futuras gerações; e, por fim; a educação voltada para a gestão ambiental de grande importância para a administração pública e de outros setores da sociedade.

Seguiremos em frente aprofundando, a cada unidade, um pouco mais o tema, vislumbrando um futuro próximo em que todos possam ter mais informação, conhecimento e atitude em prol de uma sociedade igualitária em termos ambientais, sociais, econômicos e culturais.

Educação ambiental crítica e emancipatória



“Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.”

Paulo Freire

A Conferência de Tbilisi foi o primeiro grande evento internacional sobre educação ambiental, e é, até os dias de hoje, referência mundial para educadores ambientais. O documento produzido durante a Conferência, ou seja, a Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tbilisi, deixou claro que é função da educação ambiental “criar uma consciência e compreensão dos problemas ambientais e estimular a formação de comportamentos positivos”. Refere-se, também, aos objetivos da educação ambiental, que são definidos como “conhecimentos, consciência, comportamento, participação e aptidões”.

Para ser crítica e emancipatória, a educação ambiental deve ter uma perspectiva transformadora, analisar, de forma crítica, a maneira como os sujeitos se relacionam com o ambiente em que vivem, ambientes que têm suas características definidas por sua história de organização e, normalmente, marcados pela desigualdade social.

A educação ambiental, para ser transformadora e emancipatória, tem que ser um processo coletivo, dinâmico, complexo, contínuo, de conscientização e participação social, que articule a dimensão teórica e prática, além de ser um processo necessariamente interdisciplinar (TOZONI, 2006.)

Na perspectiva de um educar ambiental transformador, os temas ambientais não podem ser trabalhados, simplesmente, como conteúdos curriculares que devem ser transmitidos de educador para educando. Devem ter uma abordagem mais viva, construtiva, de forma dinâmica, coletiva, cooperativa, contínua, interdisciplinar, democrática e participativa, pois somente assim poderão contribuir para o processo de conscientização dos sujeitos para uma prática ambiental e social emancipatória. É necessário superar o caráter informativo e ir em busca de uma educação preocupada com a formação do sujeito ecológico.

Layrargues (2001) nos ensina que os temas ambientais não podem ser tomados, no processo educativo ambiental, como atividades fins, mas, sim, como geradores de reflexões para a apropriação crítica dos conhecimentos sobre as relações humanas no e com o ambiente.

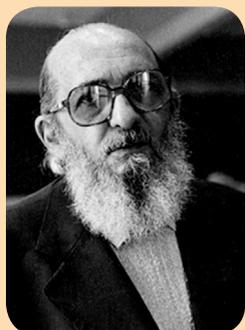
Ao tomar os temas ambientais como temas geradores de processos educativos, estes devem abranger uma discussão mais ampla. Temas comuns tratados nas propostas de educação ambiental, como resíduos sólidos, água, áreas verdes, entre outros, só terão caráter educativo se for abandonada a forma conteudista das práticas educativas tradicionais e substituída por um processo de ensino aprendizagem de caráter problematizador, participativo e reflexivo, num processo de ação-reflexão-ação.

Os temas ambientais de cada localidade devem ser ponto de partida para análises críticas da realidade socioambiental, ou seja, devem ser temas geradores utilizados como ferramenta metodológica para a educação democrática e participativa que se pretende ambiental.

Encontramos em [Paulo Freire](#) - e vale, aqui, destacar esse grande educador - os subsídios teóricos e metodológicos para trabalhar com os temas geradores. Para Paulo Freire, esses temas são o eixo de sua proposta metodológica, os quais, aliados a um conjunto de fundamentos filosóficos e políticos, originaram a teoria da educação libertadora. A ideia geral da educação libertadora pode ser entendida como a educação em que educadores e educandos, mediados pelo mundo, educam-se em comunhão.

Segundo (FREIRE,1967),

a educação libertadora tem, como pressuposto, o questionamento radical das relações dos homens entre si e deles com o mundo em que vivem, criando oportunidades para um processo de desvelamento do mundo tendo como objetivo último a transformação social, entendendo que a educação não é a garantia das transformações sociais, mas que as transformações são impossíveis sem ela, sem uma visão crítica da realidade.



Slobodan Dimitrov/
Wikimedia Commons

Paulo Freire nasceu em 19 de Setembro de 1921 em Recife e morreu, em São Paulo, no dia 2 de maio de 1997. Viveu sua infância e juventude entre Jaboatão e Recife. Formou-se em Direito, mas logo descobriu ser outra sua vocação: pelos caminhos das letras – sua primeira experiência em educação foi como professor de Português

Sua família fazia parte da classe média, mas Freire vivenciou a pobreza e a fome na infância durante a crise de 1929, uma experiência que o levaria a se preocupar com os mais pobres e o ajudaria a construir seu revolucionário método de alfabetização. Paulo Freire tornou-se um dos educadores mais importantes de nossa história e uma inspiração para gerações de professores, especialmente na América Latina e na África. O talento como escritor ajudou-o a conquistar um amplo público de pedagogos, cientistas sociais, teólogos e militantes políticos, quase sempre ligados a partidos de esquerda.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Freire

Paulo Freire não se dedicou especificamente ao estudo da educação ambiental, mas sua visão de mundo sistematizada, ampla e profunda faz-nos refletir sobre as similaridades entre os conceitos da educação libertadora e os da educação ambiental crítica, emancipatória e transformadora. Oferece-nos meios para refletirmos sobre o ético, o político e o pedagógico no ato de ensinar e aprender. Suas ideias foram tão inspiradoras para educadores ambientais que, durante a Eco-92, já citada anteriormente na unidade 1 deste curso, ele foi escolhido como representante da educação ambiental e grande referência na elaboração do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Um princípio bastante conhecido da educação crítica e transformadora e muito utilizado nas propostas de educação ambiental é a educação como um processo de conscientização, processo que deve considerar a construção ativa dos sujeitos rumo à consciência crítica, superando a simples apropriação de conhecimentos para articular entre conhecimento e ação; mas não qualquer ação, e, sim, uma ação política, transformadora, libertadora e emancipatória.

Precisamos estar atentos para que as propostas educativas ambientais atuais não sejam ingênuas e descomprometidas com o contexto político social que nos cerca, mas que busquem ações mais consistentes e comprometidas com a construção de sociedades mais justas.



Em Síntese

“A resolução dos problemas ambientais locais carrega um valor altamente positivo, pois foge da tendência desmobilizadora da percepção dos problemas globais, distantes da realidade local, e parte do princípio de que é indispensável que o cidadão participe da organização e gestão do seu ambiente de vida cotidiano. Aqui, a participação transcende a clássica fórmula de mera consulta à população, pois molda uma nova configuração da relação Estado e sociedade, já que envolve também o processo decisório. Participação, engajamento, mobilização, emancipação e democratização são as palavras-chave. O Contexto local é uma ferramenta da educação ambiental que permite o desenvolvimento da qualidade dinâmica nos educandos, despertando o sentimento da visão crítica e da responsabilidade social, vitais para a formação da cidadania. Porém, a estratégia da resolução dos problemas ambientais locais como metodologia da educação ambiental permite que dois tipos de abordagens possam ser realizados: ela pode ser considerada tanto como um tema-gerador de onde se irradia uma concepção pedagógica comprometida com a compreensão e transformação da realidade ou como uma atividade-fim, que visa unicamente à resolução pontual daquele problema ambiental abordado.” (LAYRARGUES, 2001, p. 134).

Educação ambiental no ensino



A educação ambiental fornece-nos tantas possibilidades de atuação que é possível, por meio de suas concepções, refletirmos sobre nossa realidade e enfrentar os desafios para a conquista dos nossos sonhos. Podemos apontar a existência de três grandes áreas para a educação ambiental:

- Educação ambiental formal – aquela que acontece dentro das escolas, como um processo institucionalizado, mas que deve ser entendida e praticada não como uma disciplina, mas passando por todas elas de forma interdisciplinar.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

A Educação Ambiental é um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino/aprendizagem pretendido, participando ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais em busca de soluções. O aluno é preparado para atuar como agente transformador, através do desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes, por meio de uma conduta ética, condizente ao exercício da cidadania.

A Educação Ambiental deve buscar valores que conduzam a uma convivência harmoniosa com o ambiente e as demais espécies que habitam o planeta, auxiliando o aluno a analisar criticamente o princípio antropocêntrico, que tem levado à destruição inconsequente dos recursos naturais e de várias espécies. Para tanto é preciso considerar que a natureza não é fonte inesgotável de recursos, suas reservas são finitas e devem ser utilizadas de maneira racional, evitando o desperdício e considerando a reciclagem como processo vital e que as demais espécies que existem no planeta merecem nosso respeito. Além disso, a manutenção da biodiversidade é fundamental para a nossa sobrevivência.

É necessário planejar o uso e ocupação do solo nas áreas urbanas e rurais, considerando que o ser humano precisa ter condições dignas de moradia, trabalho, transporte e lazer.

A escola é o espaço social e o local onde o aluno dará sequência ao seu processo de socialização, as práticas realizadas e os valores trabalhados representam um exemplo daquilo que pode contribuir para a formação de uma sociedade consciente.

Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no cotidiano da vida escolar, cooperando para a formação de cidadãos responsáveis.

Com os conteúdos ambientais permeando todas as disciplinas do currículo e contextualizados com a realidade da comunidade, a escola ajudará o aluno a perceber a correlação dos fatos e a ter uma visão holística, ou seja, integral do mundo em que vive. Para isso a Educação Ambiental deve ser abordada de forma sistemática e transversal, em todos os níveis de ensino, assegurando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos das diversas disciplinas e das atividades escolares.

Fonte: <http://www.craz.com.br/site/portal/educacao/educacao-ambiental-na-escola/>

- **Educação ambiental não formal** – voltada para a comunidade, na qual é possível formular propostas mais diversificadas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das populações, fortalecendo a cidadania. Nessa forma de educação, podemos ter como exemplo a ação de uma entidade ambientalista no bairro, atividades promovidas por uma empresa junto a seus funcionários, uma proposta educativa de visita monitorada a uma área de proteção ambiental; enfim, são muitas as possibilidades de ação, atividades que não podem perder de vista seu objetivo maior, que é promover o engajamento socioambiental nos públicos envolvidos.



Explore

Veja o vídeo abaixo sobre educação ambiental formal e não formal. Para isso acesse o site abaixo.

<https://www.youtube.com/watch?v=Q3Du9cr10YU>

- Educação ambiental informal – como diz o próprio nome, é aquela transmitida informalmente, seja pelos meios de comunicação (rádio, TV, internet, jornais) ou por diferentes formas de linguagem, como apresentações artísticas de música, dança, teatro, artes plásticas, leitura de livros, campanhas publicitárias, educativas ou fiscalizadoras. É importante deixar claro que qualquer material de comunicação pode ser utilizado para educação ambiental informal desde que seja concebido e avaliado de forma crítica de acordo com os princípios sugeridos nessa forma de educação.



Explore

Veja o vídeo abaixo sobre uma campanha publicitária e educativa para economia de água.

<https://www.youtube.com/watch?v=IXYg9asqgcA>

Para o professor da Universidade de Brasília Antônio José Rocha, especialista em educação ambiental, esta só é eficiente quando trabalha três esferas:



Esfera cognitiva – campo do conhecimento em que a pessoa recebe as informações básicas sobre os temas que estão sendo trabalhados, seja de uma área natural ou do mundo construído;



Esfera afetiva – por meio da esfera do sentimento, da emoção, a pessoa se sensibiliza para agir em prol das questões ambientais;



Domínio técnico – além das informações teóricas, é preciso conhecer formas e ter ferramentas para transformar a teoria em prática.

Um trabalho de educação ambiental, para ser efetivo, deve promover, simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade de vida. Utiliza-se como laboratório o metabolismo urbano com seus recursos naturais e físicos, iniciando pela escola, expandindo-se pela vizinhança e, sucessivamente, até o bairro, cidade, região, país, continente e planeta.

Educação ambiental e sustentabilidade



Thinkstock/Getty Images

Atualmente as pessoas têm se questionado muito sobre o futuro, principalmente em relação à qualidade de vida desta e das futuras gerações e à manutenção dos sistemas naturais onde habitamos, ou seja, a sustentabilidade do Planeta Terra.

A busca pela sustentabilidade que garanta a participação cidadã e o direito a um ambiente saudável passa pela educação, entendida como instrumento imprescindível na construção de valores éticos que norteiam as ações e relações individuais e coletivas.

A garantia de um ambiente saudável pressupõe a preservação do ambiente natural com redução na produção de resíduos, o consumo consciente dos recursos hídricos, o saneamento com tratamento de água e esgoto, a produção de alimentos sem uso de agrotóxicos, a diminuição do índice de poluentes atmosféricos, a manutenção e ampliação de áreas verdes, o uso consciente de energia, entre outras ações.

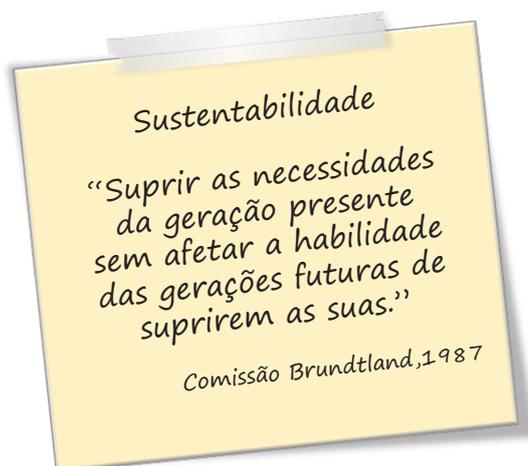
Além da preservação do ambiente natural, quando falamos em sustentabilidade, também devemos considerar elementos que não fazem parte diretamente da Natureza, mas que estão relacionados ao viver em sociedade, como o acesso à educação e à saúde de qualidade, ao lazer, moradia, direito de circulação, respeito às diferenças e diversidade cultural.

O acesso ao consumo é fator indispensável à garantia de qualidade de vida; afinal, tanto o superconsumo como o subconsumo causam degradação social e ambiental (BRASIL, 2005, p. 21). No entanto as necessidades de consumo são geradas não apenas por necessidades de sobrevivência, mas, principalmente, por necessidades criadas e impostas pela sociedade em que vivemos. As pessoas passam a ser valorizadas não pelo que são e sim pelo que possuem e consomem.

Os bens, em todas as culturas, funcionam como manifestação concreta dos valores e da posição social de seus usuários. Na atividade de consumo se desenvolvem as identidades sociais e sentimos que pertencemos a um grupo e que fazemos parte de redes sociais.

O consumo envolve também coesão social, produção e reprodução de valores. Desta forma, não é uma atividade neutra, individual e despolitizada. Ao contrário, trata-se de uma atividade que envolve a tomada de decisões políticas e morais praticamente todos os dias. Quando consumimos, de certa forma manifestamos a forma como vemos o mundo. Há portanto, uma conexão entre valores éticos, escolhas políticas, visões sobre a natureza e comportamentos relacionados às atividades de consumo (BRASIL,2005, p.14).

É visível e urgente a necessidade de mudanças nos padrões de consumo e nas formas de desenvolvimento do país. A educação ambiental mostra-se uma preciosa ferramenta para o “viver de forma sustentável”, capaz de atuar na formação de sujeitos sociais críticos, participativos, que se pautem pela construção de uma sociedade em que a sustentabilidade seja entendida não só como garantia para manutenção dos recursos naturais, mas também como democracia, equidade, justiça, autonomia e emancipação.



Explore

Para entender mais sobre educação e sustentabilidade, veja o vídeo disponibilizado no site indicado abaixo.

<https://www.youtube.com/watch?v=01hHBcihrE>

Interface da gestão ambiental com a educação ambiental



Tendo por base o Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA, instituído pela Presidência da República em 1994, dentre suas sete linhas de ações estabelecidas, temos uma que faz referência exata ao tema de nosso estudo.

Educação no processo de gestão ambiental – tem como finalidade subsidiar as decisões e orientar quem as toma, nos setores público e privado, para que incorporem noções e princípios da boa gestão ambiental no exercício de suas atividades.

Como estratégias, propõe apoiar ações de capacitação dos gestores e tomadores de decisões de órgãos ambientais do setor público, bem como incentivar e apoiar a capacitação de técnicos de instituições sociais organizadas na sociedade civil e, também, os agentes de instituições de qualificação profissional, oferecendo a capacitação com a especificidade requerida pelos públicos alvo a serem atingidos. (PRONEA)



Para saber mais sobre o PRONEA, acesse:

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>

Dessa forma percebemos que a educação ambiental tem papel fundamental na gestão ambiental, pois visa à formação da consciência crítica atuando nos diversos setores da sociedade. Sua principal ação está voltada para os agentes dos setores detentores do poder, como administradores públicos, pesquisadores, lideranças de movimentos sociais, empresários, pois esses são os tomadores de decisões e colocam “as regras” para o desenvolvimento do país.

Por outro lado, é importante também sua atuação junto àqueles que pertencem aos setores que lidam diretamente com a terra e fazem uso direto dos recursos naturais, como agricultores, pecuaristas, garimpeiros e mineradores. Por último, vale destacar a importância de sua atuação nos setores que envolvem comunicação nas diferentes mídias e formas de expressão cultural.

Uma proposta de educação ambiental voltada para gestão deve estar comprometida com o exercício da cidadania e, para tal, deve seguir alguns pressupostos:

- Meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos, bem de uso comum, essencial à sadia qualidade de vida (artigo 225, Constituição Federal, 1988).
- Preservar e defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações é dever do poder público e da coletividade.
- Preservar e defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado, antes de ser um dever, é um compromisso ético com as presentes e futuras gerações e implica em:
 - ▶ construir um estilo de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente seguro num contexto de dependência econômica e exclusão social;
 - ▶ praticar uma gestão ambiental democrática, fundada no princípio de que todas as espécies têm direito a viver no planeta com dignidade, num contexto de privilégios para poucos e obrigações para muitos.
- A gestão ambiental é um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os meios físico, natural e construído. Esse processo de mediação define e redefine como diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente;
- O Estado, ao praticar a gestão ambiental, distribui custos e benefícios de modo assimétrico na sociedade;

- A educação, no processo de gestão ambiental, deve proporcionar condições para a produção e aquisição de conhecimentos e habilidades e para o desenvolvimento de atitudes visando à participação individual e coletiva;
- Os sujeitos da ação educativa devem ser, prioritariamente, segmentos sociais que são afetados diretamente pelo ato de gestão ambiental e dispõem de menos condições para intervirem no processo decisório.

O desafio que se coloca para a educação ambiental, enquanto prática educativa, é o de criar condições para a participação dos diferentes segmentos sociais tanto na formulação de políticas para o meio ambiente quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio natural, social e cultural. Nesse sentido, para que os diferentes segmentos sociais tenham condições efetivas de intervir no processo de gestão ambiental, é essencial que a prática educativa se fundamente na premissa de que a sociedade é, principalmente, um local de confrontos políticos, sociais, econômicos e culturais.



Thinkstock/Getty Images



Importante

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Capítulo VI do Meio Ambiente

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Material Complementar

Para complementar os conhecimentos adquiridos nesta unidade, acesse os links indicados abaixo e faça a leitura sugerida.



Explore

Indicação de Leitura

MONTEIRO, F. Educação e sustentabilidade: caminhos e práticas para uma educação transformadora/Fernando Monteiro, Maria Lídia Fernandes, Pedro Roberto Jacobi. São Paulo: Evoluir Cultural, 2011.



Explore

Link para saber mais sobre Paulo Freire e educação ambiental.

<http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/biblioteca/paulo-freire.html>

Link para saber mais sobre educação ambiental formal e informal.

<http://meioambientetecnico.blogspot.com.br/2012/03/educacao-ambiental-nao-formal-ou.html>

Link para saber mais sobre educação e gestão ambiental.

<http://genebaldo.com.br/educacao-e>

Referências

BRASIL, Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Manual de educação para o consumo sustentável**. Brasília, 2005.

FREIRE, P. **A educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LAYRARGUES, P. P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, M. (Org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem de lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

PRONEA – **Programa Nacional de Educação Ambiental**. Coordenação de Educação Ambiental do MEC, 1997, 19 p.

TOZONI-REIS, M. F. C. “Metodologias de Ensino: limites e possibilidades”, **Metodologias aplicadas à educação ambiental**, Curitiba: IESDE, Brasil, 2006.

_____. **Temas ambientais como “temas geradores”** Educar em Revista, Curitiba, n. 27, p. 93-110, 2006. Editora UFPR.



Educação a Distância

Cruzeiro do Sul Educacional

Campus Virtual

www.cruzeirodosulvirtual.com.br

Campus Liberdade

Rua Galvão Bueno, 868

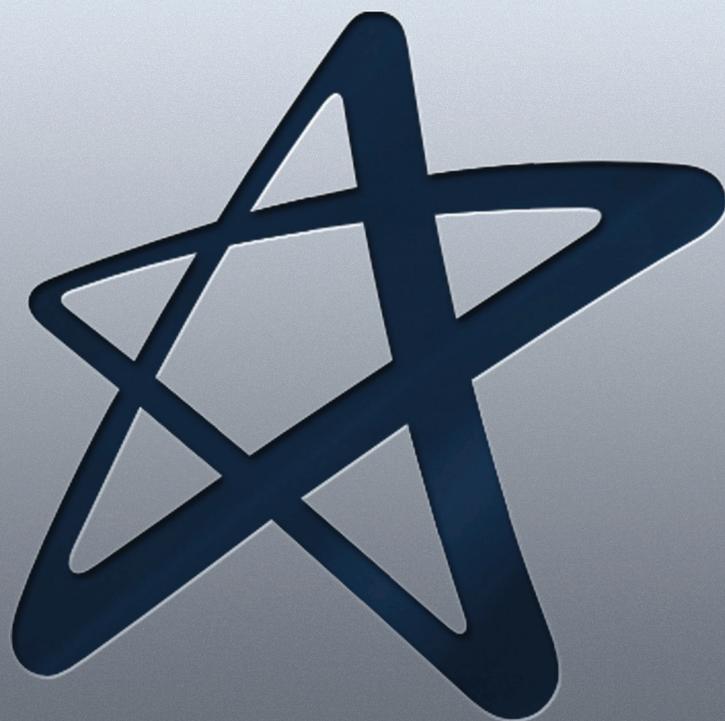
CEP 01506-000

São Paulo SP Brasil

Tel: (55 11) 3385-3000



Educação Ambiental



Material Teórico



Educação ambiental em ações e projetos

Responsável pelo Conteúdo:

Profa. Esp. Beatriz Siqueira

Revisão Textual:

Profa. Esp. Natalia Mendonça Conti

UNIDADE

Educação ambiental em ações e projetos



- Mão na massa
- Projetos de educação ambiental: metodologia, planejamento e avaliação
- Case Projeto Dedo Verde na Escola



**Objetivo de
APRENDIZADO**

Nesta unidade abordaremos como a educação ambiental acontece na prática.

O principal objetivo é compreender como, por meio de ações e projetos, ela realmente acontece e também se torna ferramenta de um processo educativo, com o conceito denominado “aprender fazendo”.

Como método de estudo, você deverá realizar as atividades de leitura, em seguida, as atividades de fixação dos conteúdos (Atividade de Sistematização), e as atividades de interação (Fórum);

Explore todos os recursos do blackboard

Contextualização

Como vimos na unidade anterior, a educação ambiental não é uma área específica de conhecimento, nem tampouco atua isoladamente, antes consiste na compreensão e assimilação da interdependência dos vários elementos que compõem a vida em nosso planeta.

A educação para a vida baseia-se na ideia das conexões de todos os elementos que se relacionam com o ambiente onde vivemos, sejam eles sociais, econômicos, culturais, biológicos. A complexidade dessas relações sugere a ação, o diálogo e a troca. A melhor forma de se educar um filho, por exemplo, é pela vivência, pela experimentação. É natural o processo da experimentação por parte da maioria dos seres vivos, o homem por ter raciocínio lógico, o que o diferencia de outras espécies, demonstra grande interesse e curiosidade em testar o que aprende, pois o aprender só se dá de fato no momento da experimentação.

No âmbito da educação ambiental esta concepção de aprendizagem se ancora na elaboração e realização de projetos e ações. A clássica expressão “aprender fazendo” difundida por educadores e filósofos tais como *John Dewey explica o conceito de atividade que incorpora a tradição da educação por projetos. Esta postura pedagógica não é nenhuma novidade, vem sendo difundida a partir do início do século XX e apoia veemente a ideia da participação ativa dos atores, que estabelecem relações de trocas e experimentações ancoradas nos processos reflexivos e avaliativos. Onde se tomam decisões diante de fatos, intervindo em uma determinada realidade de forma a tornarem-se sujeitos de seus próprios processos de aprendizagem. O filósofo e educador John Dewey acreditava que o pensamento é estimulado quando se tem a oportunidade de agir em relação a um problema ou uma questão. É nesse contexto que vamos entender como a educação ambiental se dá por meio de ações e projetos.

*John Dewey (1859-1952) – filósofo e educador norte-americano, um dos fundadores da escola filosófica de Pragmatismo e do movimento da educação progressiva.

Mão na massa



Fonte: o autor.

Até para fazer um bolo de laranja ou uma parede de pau-a-pique é necessário seguir um passo a passo, uma sistemática para realização da obra desejada, que permita ao autor avaliar se o modo de fazer está adequado o suficiente para que sua obra fique boa. O mesmo se dá nas ações e projetos com foco em educação ambiental, parte do princípio do conhecimento prévio, confluindo com as descobertas, contribuições, metodologias, ações, comunicação e processos reflexivos ativos, que permitam avaliar, reorganizar e replanejar as ações e os tempos em função de metas claras e objetivas, que façam sentido em todo o contexto do projeto.

O que significa projetar?

De acordo com o dicionário *InFormal*¹ projeto significa “um plano para realização de um ato; esboço. O que se tem a intenção de fazer; desígnio; intento; plano de realizar qualquer coisa.” Para planejar uma ação ou projeto tem-se a necessidade de definir muito bem a questão, o problema que se quer solucionar ou propor ações que atenuem o problema.

Definir a pergunta é o primeiro passo para a elaboração de um projeto. A partir da questão central é que se pode pensar em transformar uma realidade e para tal, propor ações.

Projetos de educação ambiental: metodologia, planejamento e avaliação



Definido a situação problema, o próximo passo é fazer um levantamento de dados acerca da questão. Você pode começar por uma investigação aparentemente simples que te levará à estrutura do projeto num piscar de olhos. O mapeamento trata de levantar e elencar uma série de informações que serão a base para um plano de ação.

A observação, a pesquisa e o registro são fundamentais para a compreensão do contexto e das possibilidades de ação de qualquer projeto ou intervenção socioambiental, é essencial que se conheça bem o cenário de uma situação, o território e seus atores, as comunidades e as relações que se estabelecem ali. Pesquisar vai além do olhar crítico, dos fatos evidentes, é uma relação entre esses elementos e leva em conta o autoconhecimento no processo de aprendizagem.

Existem vários tipos de mapeamento: mapa genético, cartográfico, espiritual, conceitual, mental etc., e estas variadas ferramentas coexistem e se complementam à medida que o autor amplia seu campo de visão e considera as várias esferas de um projeto.

Exemplos de ferramentas de mapeamento:

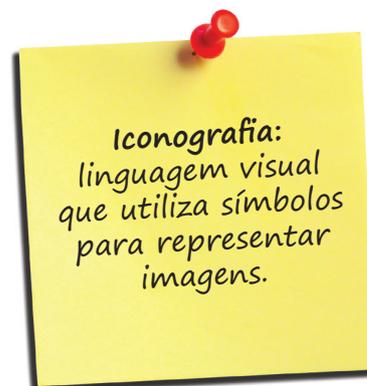
1 Dicionário *InFormal*: dicionário disponível na internet. <http://www.dicionarioinformal.com.br/>

Mapa Verde

O *Green Map System* (Mapa Verde) é uma ferramenta de mapeamento colaborativa que visa mapear recursos ecológicos, culturais e sociais nas comunidades do mundo, com o princípio de pensar globalmente e agir localmente. Foi criada em 1995, nos Estados Unidos, por um grupo de pessoas que apontaram locais de interesse ambiental na cidade de Nova York.

Dentro do sistema existe o Mapa Verde Aberto (*Open Green Map*), que consiste numa ferramenta interativa onde pessoas de todo o planeta podem compartilhar, em tempo real, os mapas. O *Green Map System* possui uma iconografia própria e permanentemente atualizada.

Saiba Mais: <http://www.greenmap.org/>



Mapa Socioambiental

Esse tipo de mapa possibilita o conhecimento e reconhecimento de uma determinada comunidade ou situação, tendo em vista a complexidade dos elementos que os compõem; permite um levantamento e identificação das estruturas locais, onde são identificadas as fragilidades e as potencialidades, e busca conhecer os personagens que se relacionam nesses locais. O termo socioambiental sugere que a abrangência do espaço a ser estudado transponha os limites geográficos, espaciais e abarque as interações que nele acontecem, em suas diversas instâncias: sociais, ambientais, econômicas, culturais, éticas etc.

É construído a partir da definição do local onde será desenvolvido o projeto. Pode-se utilizar um mapa cartográfico ou topográfico, de acordo com a temática do projeto, ou mesmo integrar mapas. Também é interessante desenhar de punho próprio, o que pode ser muito útil na identificação de locais especiais e permite um olhar minucioso.

Tudo o que for observado, seja estrutural ou relacional, será inserido no mapa por meio de ícones, criados pelo autor ou pelo grupo envolvido na concepção do trabalho. A iconografia permite a leitura das informações de forma sistêmica, podendo-se observar com mais clareza as interações existentes, o que é potencial e o que pode ser melhorado. A partir da construção do mapa, muitas ideias de ação para o projeto vão surgindo e serão importantes na hora da definição dos objetivos, metas e plano de ação.

Independente da ferramenta que o autor escolha, uma ou mais ferramentas, o que importa é fazê-lo do modo que o autor considerar mais adequado. O que se deve ter em mente é que o mapeamento permite a escrita da *justificativa* do projeto, onde é apontada sua relevância, por que ele precisa ser desenvolvido e por que apoiá-lo.

Público Alvo

Igualmente essencial é a definição do público a ser beneficiado, o público alvo. Os objetivos, metas e ações do projeto devem estar em conformidade com o público escolhido.

A partir deste momento existem subsídios para iniciar a escrita do projeto. A escrita é resultado de um processo de observação, pesquisa e experimentação, tomando em consideração as ideias primordiais.



Importante

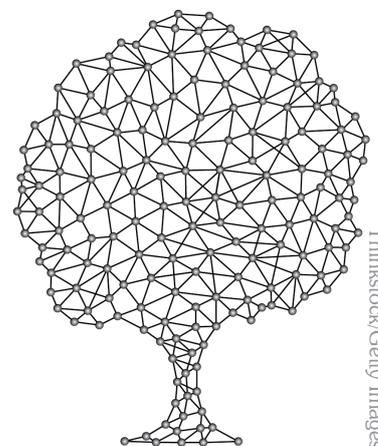
A escolha do público alvo permite definir as linhas, linguagens do projeto e ferramentas a serem aplicadas, assim sendo, é primordial que esta definição esteja clara para todos os envolvidos na concepção e realização do projeto.

Objetivos e Estrutura Fundamental

Os objetivos, sejam gerais ou específicos, partem do desejo de mudança, da vontade de solucionar o problema levantado, levando-se em conta o público a ser atingido, as condições que este se encontra, o panorama atual. A construção dos objetivos deve ser meticulosa e as ações necessárias para alcançá-los devem ser cuidadosamente pensadas a fim de que sejam estratégias eficazes na realização do projeto. O tempo deve ser dimensionado levando-se em consideração os inevitáveis percalços.

A fim de uma construção lógica e dinâmica da estrutura do projeto, algumas ferramentas mostram-se bastante eficientes. Abordaremos aqui um exemplo de ferramenta muito utilizada para organizar as ideias e concretizá-las num plano de ações: a **Árvore Lógica**.

Compreende a representação gráfica de uma árvore que traduz um pensamento lógico-dedutivo e permite organizar as ideias e as etapas do projeto. De acordo com essa construção, a leitura e compreensão das informações da árvore podem ser feitas de baixo para cima e de cima para baixo, ou seja, das raízes (bases) até a copa (folhas e frutos) e vice versa.



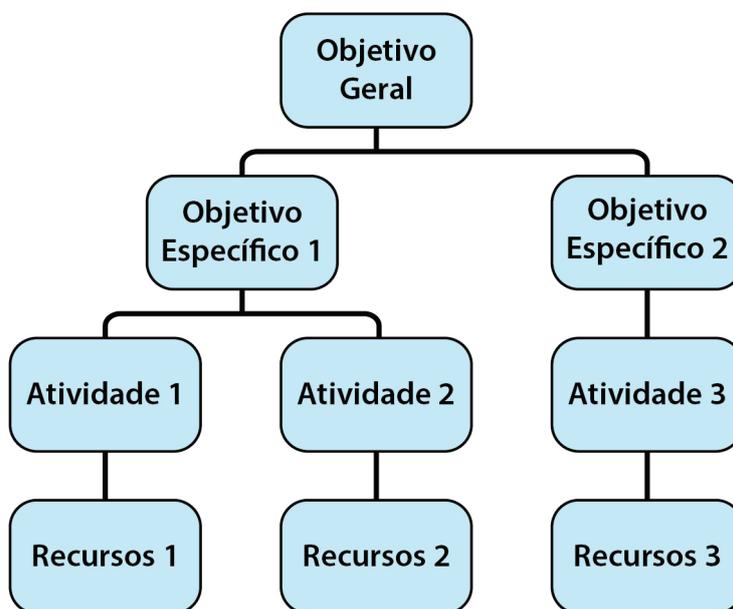
Thinkstock/Getty Images

O objetivo geral fica no topo da árvore, e os específicos logo abaixo, compondo a copa da árvore, nesse momento o autor define o grande desejo em relação à ideia central do projeto (objetivo geral) e se aprofunda, detalhando os objetivos específicos.

Para cada objetivo específico nascem definições na forma de ações estratégicas. São as ações que compõem o coração do projeto, a “mão-na-massa”; estas devem ser previstas e organizadas levando-se em consideração a dimensão temporal (cronograma) e seus efeitos ou resultados (avaliação, monitoramento e replanejamento).

A partir de cada ação, busca-se relacionar tudo o que é necessário para que ela aconteça: os recursos financeiros, materiais, físicos, humanos etc. Assim como raízes, que se aprofundam na terra, a partir da definição dos recursos, tem-se a possibilidade de montar o orçamento do projeto.

Concomitante a essa estruturação é importante estabelecer um planejamento de comunicação do projeto, que será específica em cada etapa e para os diferentes públicos que ele irá abarcar.



Observações



Objetivos específicos, ações e materiais são criados a partir da ideia central e do objetivo geral; a estrutura de árvore acima é apenas um exemplo, quem vai definir a quantidade de objetivos e ações, e conseqüentemente os recursos necessários para a realização das atividades, será o autor do projeto.

Plano de ação/Cronograma

Planejar ações é subsequente ao mapeamento e definição dos objetivos e metas. É um exercício de reflexão e projeção. As ações do projeto devem ser ordenadas de acordo com o tempo. A construção de uma tabela, de um cronograma pode facilitar a organização das ações, onde é descrita detalhadamente cada atividade e sua projeção ao longo das semanas e meses. Pode ser útil, no caso de um projeto desenvolvido por um grupo de pessoas, a elaboração de um cronograma interno (quem realizará determinadas atividades e quando), isto ajuda a organizar a divisão das tarefas de acordo com as disponibilidades pessoais.

Exemplo de uma tabela de cronograma

Ação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Responsável

Orçamento/Articulação de Parcerias/Recursos



Thinkstock/Getty Images

Parte essencial do projeto são os recursos disponíveis para viabilizá-lo. Na indicação apresentada na Árvore Lógica, os recursos necessários para a realização das atividades devem ser detalhados a fim de propiciar um orçamento detalhado. É importante também levar em conta os recursos que já existem, e identificar claramente o que tem que ser comprado e o que pode ser conquistado de outras maneiras. Projetos também podem ser viabilizados por meio de fontes de financiamento, para tal é necessário que o projeto esteja escrito e a parte orçamentária esteja em conformidade com cada uma de suas etapas.

Ao longo do desenvolvimento de um projeto é comum firmarem-se parcerias que podem acontecer de muitas maneiras, incluindo os recursos financeiros. Por isso, é importante que o projeto tenha uma boa apresentação e comunicação e que preveja a articulação entre todos os setores com os quais estará envolvido, desde a população local até as instâncias governamentais, se for o caso.

Lembre-se que parcerias se dão com comunicação clara e nas relações interpessoais; ampliar a rede de relações e fortalecer as que existem é uma via para isto acontecer!

Comunicação do projeto

Comunicar o projeto para os diferentes públicos garante transparência, credibilidade e favorece os apoios e parcerias. Um bom projeto merece um bom plano de comunicação. Inicialmente deve-se organizar o projeto em etapas: elaboração, desenvolvimento e resultados e para cada uma delas a comunicação deve ser específica, levando-se em conta as seguintes questões: o que se quer comunicar, para quem, quando e de que maneiras, ou seja, qual a linguagem e recursos para dada comunicação. Num primeiro momento, o projeto contempla a comunicação com os atores apontados no levantamento de informações e dados do projeto. Aqui são apresentadas as ideias do projeto, as propostas e os resultados/impactos esperados. Como comunicar a ideia do meu projeto para meu público alvo ou mesmo para os possíveis parceiros? Qual a melhor forma de se comunicar com eles? Vale escolher e analisar os tipos de comunicação disponíveis e o orçamento que se tem. Existem muitas formas e estratégias para se comunicar algo, por meio de convites, cartas, cartazes, e-mails, *folders*, relatório de atividades, *flyer*, campanhas, vídeos, *teaser*, ferramentas tecnológicas, redes sociais.

Exemplo de Tabela para Plano de Comunicação

Com quem se comunicar?	O que comunicar?	Por que comunicar?	Como comunicar?	Quando comunicar?	Responsável

No desenvolvimento do projeto, as formas de comunicação ganham enfoque nas suas relações e desdobramentos, esta comunicação deve ser permanentemente alimentada e avaliada a fim de apresentar o andamento das ações, o que confere credibilidade aos atores envolvidos. Pode-se até mesmo agregar novas parcerias e movimentos proveniente das estratégias de comunicação nesta etapa. Reuniões de acompanhamento, fotos, filmagens, relatos são ferramentas comumente utilizadas nesse momento.

O cartaz ao lado é uma chamada para uma das ações de um projeto, realizado em duas escolas públicas na cidade de São Paulo.

O projeto *Dedo Verde* realizou intervenções nestas escolas, envolvendo prioritariamente a comunidade escolar e, além disso, estendeu o convite para além dos muros da escola, para que a comunidade do entorno e demais interessados pudessem contribuir nas ações. O cartaz em questão convida para um mutirão de trabalho. Analise as informações apresentadas e perceba como estão dispostas, quais elementos foram utilizados, se este cartaz traz informações claras e objetivas, e se é uma forma atrativa de convite.

Por fim, comunicar os resultados dá legitimidade e valoriza as ações, os processos e as pessoas que se envolveram nele, seus esforços, suas ideias e conquistas, além de ser extremamente importante para a prestação de contas com os parceiros do projeto. Comunicar resultados pode acontecer por meio de relatórios, exposições, apresentações, em revistas, documentários, folhetos, ou ainda por meio de fanzines, blogs etc. Existe uma infinidade de ferramentas que podem ser aplicadas para apresentar os resultados, mas vale ter o cuidado para que o conteúdo seja claro, que tenha informações quantitativas e qualitativas, que contemple os relatos dos participantes do projeto com suas contribuições e sentimentos e que preferencialmente possa ser apresentado em alguma matéria de mídia (jornal, revista, rádio etc.).

Cada etapa do plano de comunicação, assim como todo o processo de construção, adequação e execução das ações do projeto devem ser dimensionadas no tempo e eleger os responsáveis para cada função. No caso do projeto ser desenvolvido por mais de uma pessoa, isto organiza e valoriza as ações do grupo aferindo responsabilidade e autonomia.



Mutirão Ecológico
dias 26 e 27/09/09
Sábado e Domingo

"Chegou a Primavera, tempo das flores e das borboletas... tempo de transformações e colheitas... tempo de celebrar!"

O projeto "Dedo Verde na Escola" convida a todos a contribuírem para a continuidade das ações iniciadas nos mutirões anteriores.

O que vamos fazer:

- Jardim Medicinal (demarcação dos espaços e canteiros feitos com bambus)
- Cantinho dos Funcionários (olhar apreciativo, maquete e demarcação);
- Sala de aula ao ar livre (biocanção: super-adobe, bambu, taipa e pau-a-pique);
- Pomar (técnicas de plantio, identificação e coleta de sementes);

Horário: 08h00 as 16h00
Local: EMEI Dona Leopoldina
Rua Peribeubú, s/nº em frente ao nº 172
(em frente ao Clube Peleção) - Lapa - São Paulo - SP

O que trazer:
Um prato para o lanche coletivo e muita alegria!

Venha com roupas e calçados confortáveis e trazer capa de chuva
*em caso de chuva forte o cancelamento do mutirão será comunicado até sexta-feira via e-mail e ou telefonema. Se tiver ferramentas, por favor, trazer.

Confirmar presença pelo e-mail ou telefone até o dia 25/09/09
producao@selementos.org.br ☎ 11-3871 1944 / 8583 2807

Realização: Parcelas:
SELEMENTOS FEMINIL JARDIM AGRÍCOLA FAPETEC

Divulgação



'fanatic magazine'. É uma mistura de uma revista e um folheto informativo. É totalmente livre e você pode usar toda sua criatividade!

Avaliação

Avaliar é um processo contínuo e permite o aperfeiçoamento do projeto. É necessário criar indicadores, elementos de referência, que permitam acompanhar seu desenvolvimento a fim de se atingir os objetivos. É recomendado que se estabeleça o ponto crítico de cada objetivo para a criação dos indicadores específicos. O processo de avaliação requer reflexão e diálogo entre os envolvidos na concepção e realização do projeto, propiciando momentos de análise dos indicadores estabelecidos e possíveis readequações. Os momentos para avaliar o projeto podem ser semelhantes ao processo de comunicação, como um marco inicial, um ponto de partida, de acompanhamento e final dos resultados.



Importante

Elencamos até agora as principais etapas para o desenvolvimento de um projeto e não podíamos nos esquecer do **Projeto Escrito**. É o documento que apresenta o projeto e é essencial para que ele aconteça, caso contrário, como buscar parcerias sem um documento formal, que explique e justifique suas ideias? Como inserir seu projeto em uma fonte de financiamento como um Edital, por exemplo, se ele não estiver escrito? Então, concentração e “mão na massa”.

Aprendizagem baseada em projetos



Você já ouviu a expressão aprender fazendo?

Ou ainda, fazendo e aprendendo?

O conceito de aprendizagem por meio de experimentações, ações práticas, surgiu no início do século XX. Um dos responsáveis pela proposta da Pedagogia por Projetos foi o filósofo e educador americano John Dewey (1859-1952).

Dewey defendia a ideia de relacionar o processo de aprendizagem com a prática. A partir da necessidade de solucionar um determinado problema, a mente é estimulada a fim de estabelecer estratégias para a resolução do problema em questão. Refletir e reagir diante de uma ação é inerente ao ser humano. Assim, surge a corrente filosófica baseada na ideia de que o pensamento reflexivo e propositivo só é de fato relevante quando está a serviço de solucionar problemas reais.

Assim como o Pragmatismo é difundido nos Estados Unidos, no Brasil, tal concepção surge no movimento da Escola Nova ou Escola Ativa, difundidas pelo filósofo Rui Barbosa (1949-1923) e mais recentemente pelo educador Anísio Teixeira (1900-1971).

Pragmatismo



Doutrina filosófica que adota como critério da verdade a utilidade prática, identificando o verdadeiro como útil; senso prático.

Fonte: <http://www.dicionarioinformal.com.br/pragmatismo/>

A concepção do *Aprender-Fazendo* visa a formação de um sujeito ativo, que busca verificar, investigar e refletir, assim como busca o estranhamento da realidade. Um ser com senso crítico, autônomo e disposto a dialogar, em sintonia com seu processo criativo. Conhecimento enraizado na ação: é nessa perspectiva que muitos projetos de educação ambiental acontecem.

Case Projeto Dedo Verde na Escola



Trazemos aqui um projeto anteriormente citado neste texto, cuja elaboração e realização das ações partiram da construção coletiva do conhecimento, levando-se em consideração as necessidades, desejos e sonhos conjugados com uma situação problema.

O projeto *Dedo Verde na Escola* é um projeto de educação ambiental que teve início em 2009 em duas escolas públicas de Educação Infantil, no bairro da Lapa na cidade de São Paulo. Foi inicialmente pensado e organizado por um grupo de profissionais multidisciplinar representado pela OSCIP Instituto 5 Elementos – Educação para a Sustentabilidade. Seu principal objetivo foi contribuir para a transformação do ambiente escolar tendo em vista o cooperativismo e a solidariedade, favorecendo o diálogo entre escola e comunidade.

Com ações simples e possíveis, vislumbrou trazer elementos para esse processo dinâmico, baseados na premissa que todos os espaços e pessoas podem potencialmente tornarem-se sustentáveis.

Um grupo de 5 pessoas fez um levantamento prévio de algumas escolas na região da Lapa que apresentavam problemas estruturais e ambientais, ou mesmo, que poderiam ser otimizadas em relação à qualidade de vida e meio ambiente em questão.

Identificadas as escolas e partindo dos princípios da Alfabetização Ecológica e da Permacultura, algumas propostas de atuação foram sugeridas e apresentadas para as diretorias e coordenações das escolas. Duas delas mostraram grande interesse em dar início a um processo de intervenção visando melhorar a qualidade de seus ambientes escolares. Todo diálogo e parceria aconteceram com o conhecimento e aval da Diretoria Regional de Ensino da região. Vale dizer que as ideias apresentadas pelo grupo como sugestão de intervenções socioambientais sofreram grandes metamorfoses, pois a construção de todo o projeto se deu coletivamente, não só pelos profissionais do Instituto 5 Elementos como com toda a comunidade escolar (diretoria, alunos, cozinheiras, coordenação, professores, seguranças, pais de alunos, vizinhos, visitantes e simpatizantes)

Para saber mais sobre Alfabetização Ecológica e Permacultura, consulte o material complementar desta unidade.

Obviamente que o projeto foi idealizado e escrito pelos pesquisadores e educadores do Instituto 5 Elementos, porém um processo de intervenção em uma dada comunidade não pode acontecer sem dar voz a ela. Todos foram ouvidos e contribuíram na construção dos objetivos e ações do projeto. Foi nessa atmosfera que o projeto seguiu pelos trilhos. A pedagogia do Aprender-Fazendo foi adotada com grande aceitação e surtiu resultados consideráveis.

Segue abaixo um vídeo que mostra um pouco a ideia de como o projeto foi concebido colaborativamente. Este vídeo foi produzido por um parceiro do projeto, apresenta um dia de trabalho na construção de uma sala de aula ao ar livre na EMEI Dona Leopoldina.



Projeto Dedo Verda na Escola

- <https://www.youtube.com/watch?v=R3BzIIVoXT0>



Diálogo com o Autor

Articulação de parcerias do projeto Dedo Verde na Escola

“O processo de articulação deste projeto teve início no momento de sua idealização e as relações que se estabeleceram foram concebidas a partir do sonho e desejo de mudanças. O primeiro passo foi entrar em contato com as escolas que havíamos escolhido e estreitar nossa proposta com os desejos e sugestões das escolas. O próximo passo foi aprimorar nosso relacionamento com a Diretoria de Ensino competente. Concomitantemente buscávamos conhecer e compreender as relações existentes nas comunidades do entorno destas escolas para saber como buscar parcerias e aproximar as pessoas, na intenção de estimular e possibilitar o envolvimento de diversos atores sociais.

Como nosso grupo era composto por cinco pessoas, nos dividimos segundo as vontades e habilidades de cada um, atuando em três eixos: comunicação, planejamento pedagógico e planejamento financeiro. Vale dizer que o processo de articulação comunitária envolvia toda a equipe, em nenhum momento foi de competência de uma pessoa apenas, pois se assim fosse, seria contraditório até mesmo em relação à proposta do trabalho participativo, colaborativo e solidário. À medida que conquistávamos parceiros, estes naturalmente tornavam-se multiplicadores, atraindo novas relações de parceria. Cito como exemplo, nosso amigo Miguel, fotógrafo, que voluntariamente nos presenteou com uma sessão fotográfica de momentos preciosos e nos concedeu o uso das imagens, assim pudemos enriquecer a comunicação das etapas do projeto e por meio de uma eficiente divulgação outras parcerias se fizeram.

Compreendemos ao longo do processo que a movimentação articulada funcionava como um quebra-cabeça, onde as peças se encaixavam num momento certo, e mesmo quando errávamos uma peça, com um pouco mais de paciência e persistência ela se encaixava e fazia parte do todo, assim tínhamos nossa obra de arte, criada e compartilhada por nós.

Nesse sentido, também ficou evidente que não importa o quanto se pode ajudar, mas sim como ajudar, como ser parte integrante e sentir-se feliz por esta contribuição. Tivemos parceiros mais distantes, mas não menos importantes, como o caso de uma proprietária de um sacolão de frutas de outro bairro, não tão próximo da Lapa, que ficou muito contente em saber do projeto e ajudar com alimentos para os mutirões ecológicos. Ela mesma não pôde estar presente em nenhum dos mutirões,

mas sentia-se feliz em fazer parte mesmo que distante. Esta mulher compreendia a importância de sua doação e quando mostramos alguns resultados ela ficou emocionada e alegre por fazer parte.

É nesse sentido que acreditamos que o processo de articulação comunitária funciona, pois independente do que se queira fazer, estamos lidando com pessoas: são vidas, mentes e corações que se unem em prol de um objetivo comum.”

Relato da educadora Rúbia Silva, participante do Projeto Dedo Verde na Escola.

Saiba mais sobre esse projeto em:

- <http://www.5elementos.org.br/site/index.php/programas/programa-espaco-educadores/dedo-verde-na-escola/>

Material Complementar

Para complementar os conhecimentos adquiridos nesta Unidade, acesse:

Movimento Escola Nova:

- http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_pedagogia_escolanovista.htm
- <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/anisio-teixeira-428158.shtml>
- <http://www.youtube.com/watch?v=8j1ZQZNFhJs>

Alfabetização Ecológica:

- CAPRA, F. **Alfabetização Ecológica - a Educação das Crianças para um Mundo Sustentável** - Organizado por Michael K. Stone e Zenobia Barlow. Editora Cultrix, 2006.

Permacultura:

- <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/florestal/agrossilvicultura/permacultura.html>
- <http://www.permacultura.org.br/>
- <http://www.ecocentro.org/>

Instituto 5 Elementos - Educação para Sustentabilidade:

- <http://www.5elementos.org.br/site/index.php>

Green Map Dedo Verde:

- <http://www.greenmap.org/greenhouse//node/6501>

Referências

GRUBER, Caroline Vivian; PEREIRA, Denise Scabin; DOMENICHELLI, Rachel Marmo Azzari. **Roteiro para Elaboração de Projetos de Educação Ambiental**. São Paulo. SMA/CEA, 2013.

APRENDIZ, Associação Cidade Escola **Manual Tecnologia Social para Juventude** do Programa Aprendiz Comgás. São Paulo, 2012.

DEWEY, J. **Democracia e Educação** - Capítulos Essenciais. Comentários de Marcus Vinicius da Cunha. Editora Ática, 2007.



Educação a Distância

Cruzeiro do Sul Educacional

Campus Virtual

www.cruzeirodosulvirtual.com.br

Campus Liberdade

Rua Galvão Bueno, 868

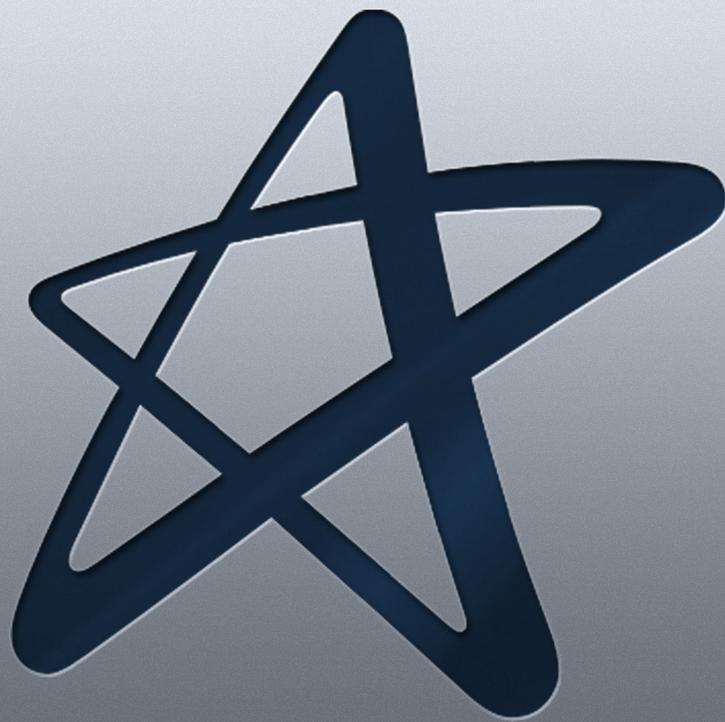
CEP 01506-000

São Paulo SP Brasil

Tel: (55 11) 3385-3000



Educação Ambiental



Material Teórico



Educação Ambiental e políticas públicas

Responsável pelo Conteúdo:

Profa. Esp. Beatriz Siqueira.

Revisão Textual:

Profa. Esp. Natalia Mendonça Conti.

UNIDADE

Educação Ambiental e políticas públicas



- Introdução
- O Programa Nacional de Educação Ambiental
- Política Nacional de Educação Ambiental



Objetivo de APRENDIZADO

Nesta Unidade, abordaremos como a educação ambiental pode ser uma ferramenta de participação política e cidadã.

O principal objetivo é compreender como essa forma de educação tão abrangente lida igualmente com os conceitos das ciências humanas e biológicas, unindo homem e Natureza. A busca permanente do equilíbrio dessa relação se dá por meio de processos participativos, de investigação e reflexão.

Como método de estudo, você deverá realizar as atividades de leitura, em seguida, as atividades de fixação dos conteúdos (Atividade de Sistematização), e as atividades de interação (Atividade Reflexiva); Explore todos os recursos do blackboard, estou à disposição para qualquer dúvida!

Bons estudos!

Contextualização

A educação ambiental nas últimas décadas teve grandes avanços em termos de políticas públicas, contribuindo para a efetivação em termos institucionais de programas e políticas em nível federal.

Com o respaldo das políticas públicas existentes, graças à mobilização da sociedade civil em prol da criação de tais políticas, novos horizontes se abriram para a educação ambiental. Programas e projetos com foco na educação ambiental passaram a ser prioridade nas agendas dos governos em nível municipal, estadual e federal. A educação ambiental passa a ser vista como uma grande aliada nos processos formativos para cidadania, tanto no meio formal como informal.

A sociedade civil organizada, embasada por tais políticas, passa a ter voz em instâncias que antes só estavam ao alcance do poder público e por meio de movimentos organizados como coletivos educadores, com –vidas, sala verde, passa a ter maior representatividade nos processos decisórios das questões socioambientais.

Introdução



“Aprendi com a natureza a me deixar cortar e voltar sempre inteira”.

Cecilia Meireles

“A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, essas mãos sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo.”

Paulo Freire

Para entender educação ambiental como política pública, devemos antes entender o significado das palavras. Qual seria a origem da palavra política? Qual sua etimologia, ou seja, o seu verdadeiro significado?

Política vem do grego, *pólis*, cidade, e significa originariamente a arte de governar a cidade, portanto a educação ambiental aplicada e compreendida como política pública tem um importante papel na resolução dos problemas ambientais das cidades do mundo contemporâneo. Envolve questões muito além dos ambientes naturais, envolve os segmentos sociais, econômicos, políticos, culturais e como essas esferas se relacionam entre si.

A educação ambiental deve ser direcionada para o exercício da cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e corresponsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais dos problemas ambientais. Natureza e sociedade devem ser pensadas como um único sistema, sejam nas decisões governamentais ou da sociedade civil.

Considerando a ética da sustentabilidade e os pressupostos da cidadania, a política pública pode ser entendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam a relação de poder e se destina à resolução pacífica de conflitos, assim como à construção e aprimoramento do bem comum (SORRENTINO,2005).

Com respaldo político crescente e maior capacidade técnica, a educação ambiental ao longo das décadas de 1970 e 1980 ganha força, maturidade e legitimidade para avançar nos grandes desafios impostos pela crise ambiental. E em 1988, em termos de legislação com a nova Constituição Brasileira, um grande passo é dado em prol do meio ambiente.

A nova Constituição Federal Brasileira de 1988, pela primeira vez na história, dedica um capítulo específico ao meio ambiente e vale destacar aqui, o inciso VI do artigo 225, que estabelece a necessidade de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.” Percebemos então, que a nossa Constituição foi o primeiro documento a legitimar a educação ambiental com suas atribuições e importância.



Explore

Para saber mais sobre o capítulo VI do Meio Ambiente da Constituição Federal de 1988, [clique aqui](#)

A seguir vamos falar um pouco mais sobre algumas políticas públicas de educação ambiental, que foram criadas ao longo dos tempos, a partir de movimentos da própria sociedade com seus desejos, utopias e conquistas.



Trocando Ideias

Políticas Públicas

Conjunto de decisões que orientam ações na esfera pública visando determinado fim, tendo o Estado como agente executor. Com o desenvolvimento da Democracia, as políticas públicas tendem a ser compartilhadas em sua formulação e execução com atores da sociedade civil, tornando-as mais qualificadas e sustentáveis, sem eximir o Estado de sua responsabilidade.

Fonte: Coletivos Jovens de Meio Ambiente: Manual Orientador

O Programa Nacional de Educação Ambiental



Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA é um documento que está em sintonia com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (já citado anteriormente na unidade 1 deste curso) e apresenta diretrizes, princípios e missão que orientam as linhas de ação e a estrutura organizacional para os projetos e ações em educação ambiental.

Esse documento é resultado de processo de Consulta Pública, realizado entre setembro e outubro de 2004, que envolveu mais de 800 educadores ambientais de 22 Estados do país, resultando num documento elaborado a partir da construção participativa com apropriação da sociedade.

Sua elaboração possibilitou uma grande oportunidade de mobilização social entre os educadores ambientais, que debateram sobre as realidades locais subsidiando a elaboração e aplicação das políticas e programas estaduais de educação ambiental.

O ProNEA é um programa de alcance nacional, mas sua implementação, execução, monitoramento e avaliação é corresponsabilidade de todos os segmentos sociais e esferas do governo e não somente do poder público federal.

O Programa Nacional de Educação Ambiental apresenta cinco linhas de ação, estabelecidas como fundamentais para alcançar seus objetivos. São elas:

- » Formação de educadores ambientais;
- » Comunicação para educação ambiental;
- » Inclusão da educação ambiental nas instituições de ensino;
- » Monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos de educação ambiental;
- » Gestão e planejamento da educação ambiental no país.

A partir desses pontos, foi formulada e implementada uma série de políticas públicas que disseminaram a educação ambiental na sociedade brasileira.

O ProNEA tem caráter permanente e deve ser reconhecido por todos os governos. Em seu âmbito, são indicadas as necessidades de apoio à criação e execução das políticas *descentralizadas para educação ambiental nos estados e municípios.

A partir desse momento, é fundamental avançarmos na formulação e execução de políticas públicas de educação ambiental para além das esferas governamentais federal e estadual. É necessário materializar o ProNEA também nos municípios, compartilhando a responsabilidade com as prefeituras, como instâncias do Sistema Nacional do Meio Ambiente e do Sistema Educacional do Brasil (RAYMUNDO,2013).



“a descentralização espacial e institucional também é diretriz do ProNEA, por meio da qual privilegia o envolvimento democrático dos atores e segmentos institucionais na construção e implementação das políticas e programas de educação ambiental nos diferentes níveis e instâncias de representatividade social no país.”

Fonte: Documento Brasil (2005, p.36)



Explore

Para saber mais sobre o ProNEA, acesse:

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>

Política Nacional de Educação Ambiental



Em 1999 é instituída a Lei Federal n.9795/99, que institucionaliza a **Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA**, cuja regulamentação se deu posteriormente, em 2002, pelo Decreto n. 4.281/2002, que cria o Órgão Gestor.

Após um ano, a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e a Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação assumem em conjunto a função de Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, com a responsabilidade de coordenar, provocar e desencadear as discussões para a formulação de políticas públicas de educação ambiental.

Apesar de termos discutido bastante o conceito e algumas definições de educação ambiental na unidade 1 desta disciplina, vale aqui retomar a definição descrita pela Política Nacional de Educação Ambiental- PNEA.

“Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.” (Política Nacional de Educação Ambiental – Lei 9795/1999, Art 1º)

Dessa maneira, a educação ambiental é considerada uma grande aliada dentro dos processos educativos, devendo estar presente de forma permanente e articulada em todas as modalidades de ensino, sejam elas formais ou informais.

Como parte do processo educativo mais amplo, todos tem direito à educação ambiental, e a sociedade como um todo é responsável pela conservação e preservação ambiental. Instituições educativas (públicas ou privadas), poder público, meios de comunicação, empresas, entidades de classe, organizações não governamentais, entre outros têm essa responsabilidade.

De acordo com a PNEA, são definidos dois tipos de educação ambiental:

A formal, presente nos currículos das instituições de ensino públicas e privadas e a não formal, relativa às ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e a sua organização e participação em prol da qualidade do meio ambiente.

Vale destacar os princípios da educação ambiental estabelecidos na Lei:

- » Enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- » Concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- » Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- » Vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- » Garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- » Permanente avaliação crítica do processo educativo;
- » Abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- » Reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Políticas Públicas de educação ambiental voltadas à conservação da biodiversidade, à recuperação de áreas degradadas e à melhoria da qualidade de vida são essenciais para fortalecer as inúmeras iniciativas pontuais que ocorrem hoje em todo país.

As Políticas que buscam somar à sociodiversidade têm um grande potencial transformador sob dois aspectos: o primeiro se refere a uma efetiva ação do Estado no apoio às iniciativas que fomentam a autogestão, a responsabilidade e a democracia e o segundo se refere ao próprio Estado que passa a ser orientado pela comunicação com grupos territoriais ou setoriais que demandam políticas públicas para melhor gestão ambiental (SORRENTINO, 2013).

Participação da Sociedade Civil nas Políticas Públicas de Educação Ambiental

Com a existência do ProNEA e da PNEA, a educação ambiental passou a ser mais reconhecida e valorizada país a fora e, conseqüentemente, surgiram alguns movimentos da sociedade civil organizada em prol dessa temática, embasados e fortalecidos pelas diretrizes e princípios das políticas públicas para a EA.

Podemos destacar alguns movimentos como:

Coletivos Educadores



Coletivos Educadores são grupo de pessoas que pertencem ou não a instituições que atuam em processos formativos permanentes, participativos, continuados e voltados para atender a diversidade de habitantes de um determinado território.

O papel de um Coletivo Educador é promover a articulação institucional e de políticas públicas, a reflexão crítica acerca da problemática socioambiental, o aprofundamento conceitual e criar condições para o desenvolvimento continuado de ações e processos de formação em Educação Ambiental com a população do contexto, contribuindo para a construção de territórios sustentáveis.

O objetivo do Programa Coletivos Educadores é formar atores sociais/educadores ambientais populares críticos e atuantes, por meio de um processo qualificado e fortalecido de formação e diálogo, onde as pessoas se sintam parte de um mundo, onde possam interferir nas decisões e caminhos escolhidos para seu país, seu estado, sua cidade, seu bairro, sua vida. É um processo de formação que permite a transformação crítica para atuação nos rumos do país.

O Coletivo pode ser constituído por educadores, agentes sociais ou ambientais de diferentes instituições, que desenvolvam ações formativas em campos de atuação, como por exemplo da educação ambiental, da educação popular, da extensão rural, em diferentes instituições como Universidades, Secretarias de Educação, Secretarias de Meio Ambiente, ONGs, Pastorais, Federações Sindicais e Movimentos Sociais.

Estes grupos, articulados com o poder público (municipal e estadual) e outras instituições (empresas, organizações não governamentais, movimentos sociais, movimentos sindicais, pastorais, etc) avaliarão, planejarão e desenvolverão projetos e práticas voltadas às necessidades de cada município do território.

O público envolvido no processo educativo, a ser implementado pelo Coletivo Educador, deve ser composto por todos os segmentos sociais daquele território, especialmente aqueles indivíduos que têm atuado em processos de enfrentamento da problemática socioambiental.

Esses processos de formação podem envolver diferentes estratégias de ensino-aprendizagem visando a participação de todos. Assim, uma articulação de diversos grupos de educadores ambientais (acadêmicos e populares) é fundamental para que o Coletivo Educador possa atuar nos mais diferentes contextos.

Glossário

EA= Educação Ambiental



A constituição do Coletivo Educador surge como uma estratégia para a implementação de políticas públicas federais, estaduais e municipais de educação ambiental, uma vez que é uma instância de interlocução e de referência para as ações educadoras locais, formando parcerias estratégicas para elaboração e implementação de Políticas Públicas.

Em termos de aplicabilidade, a maior parte das propostas que visam um planejamento e gestão participativa para conservação ou recuperação de áreas importantes como áreas de proteção ambiental, regiões delimitadas por bacias hidrográficas, entre outros, inclui componentes de educação ambiental ou capacitação de lideranças locais, na busca pela sustentabilidade.

Concluindo, percebemos a importância da existência dos coletivos educadores que possibilitam a interface entre sociedade civil e poder público para que essas propostas estejam condizentes com a realidade local em termos socioambientais.

Com - Vidas

As Com-Vidas (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida) são grupos formados por estudantes, professores, funcionários, pais de alunos, que atuam nas escolas e fora delas. Esses espaços podem ser a comunidade, o bairro, a quadra, a associação de bairro, etc. Escola e comunidade dialogam e se fortalecem na medida em que a ação de uma reforça a atuação e necessidade da outra. Assim, apesar de utilizarem metodologias diferentes, não são propostas separadas e sim complementares. Importante registrar que as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida são um dos mais importantes resultados da ação dos Coletivos Educadores.

Nas Com – Vidas acontecem encontros presenciais de pessoas, com suas diferentes histórias de vida, que neste encontro promovem espaços privilegiados plenos de potencial para a realização de diagnósticos, planejamentos participativos e intervenção para construção de projetos. Há espaço para pesquisa, avaliação, reflexão, decisões, práticas, ações, afetividade e cultura, fomentando espaços emancipatórios de pessoas e lugares.



Explore

Para saber mais sobre as Com – Vidas assista ao vídeo abaixo
<https://www.youtube.com/watch?v=RucO00qaOms>

Sala Verde

Sala Verde é um projeto coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, que incentiva a criação de espaços socioambientais para atuarem como centros de informação e formação ambiental. É um espaço físico definido, vinculado a uma instituição pública ou privada, que poderá se dedicar a projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental. Deve cumprir um papel dinamizador, numa perspectiva articuladora e integradora, viabilizando iniciativas que propiciem uma efetiva participação dos diversos segmentos da sociedade na gestão ambiental, por meio de ações educacionais que busquem a sustentabilidade.



Thinkstock/Getty Images

O Projeto Sala Verde foi inicialmente concebido como espaços similares a bibliotecas verdes e a partir do desenvolvimento e evolução do projeto, passou-se a visualizar a Sala Verde como espaço com múltiplas potencialidades, que além do acesso às informações, pode desenvolver atividades diversas de educação ambiental como: cursos, palestras, oficinas, eventos, encontros, reuniões, campanhas. A Sala Verde pode e deve estabelecer parcerias locais e regionais, com autonomia e iniciativa própria, contando com a possibilidade de apoio institucional.

O Ministério do Meio Ambiente passou a incentivar a implantação de Salas Verdes no ano 2000, como estratégia para além da mera distribuição de livros e materiais ambientais. Anteriormente os públicos solicitavam materiais, publicações e informações para que eles próprios pudessem levar a seus municípios, e por conta própria disponibilizá-los à população interessada no tema.

Este processo, entendido como sendo o embrião do Projeto Sala Verde demonstrou-se num primeiro momento positivo, por avançar na direção na disseminação de informações e materiais produzidos e disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente, mas num segundo momento deparou-se em algumas dificuldades, como falta de garantia de que aqueles materiais e informações estivessem sendo efetivamente disponibilizados à população do município em questão.

Cada Sala Verde é única, não há um padrão pré-definido ou um formato modelo para ela. Cada instituição deve configurá-la à sua maneira, levando em consideração a identidade institucional e o público com quem trabalha, dialogando as potencialidades com as particularidades locais e regionais e, também deve buscar orientar as ações, através de um processo constante e continuado de construção, implementação, avaliação e revisão de seu Projeto Político Pedagógico.

Entendemos que o Projeto Político Pedagógico (PPP) é o que explicita os porquês da Sala Verde; o como, o quando, o onde, o quanto, além de outras questões de cunho político e pedagógico.

Atualmente, a Sala Verde representa um potencial de integração de políticas públicas, por representar pluralidade de propostas, pela diversidade do público atendido e pelos vários tipos de instituições que aporta.



Explore

Clique abaixo para saber onde estão localizadas as Salas Verdes no Brasil
<http://www.mma.gov.br/publicador/item/8837-salas-verdes-no-brasil>

Coletivos Jovens de Meio Ambiente

São grupos informais que reúnem jovens representantes ou não de organizações e movimentos de juventude que têm como objetivo envolver-se com a questão ambiental e desenvolver atividades relacionadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida. Esses coletivos são como redes locais, para articular pessoas e organizações, circular informações de forma ágil, pensar criticamente o mundo a partir da sustentabilidade, planejar e desenvolver ações e projetos, produzir e disseminar propostas, que apontem para sociedades mais justas e equitativas, dentre outras ações e realizações.

Os Coletivos Jovens (CJs) foram inicialmente um meio de garantir a participação da juventude na organização de todo o processo da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente no ano de 2003, e na construção de políticas públicas na área ambiental, com voz e voto nas tomadas de decisão, coerência com posturas éticas de juventude, com jovens e para jovens, interação e parceria entre jovens e instituições que compunham as comissões organizadoras nos estados.

A criação e o fortalecimento de Coletivos Jovens de Meio Ambiente é importante porque:

- » contribui para mobilizar e engajar jovens numa área importante que vem se tornando essencial para a manutenção das diferentes formas de vida que compartilham o planeta e para a melhoria da qualidade de vida de todos;
- » estimula que os jovens percebam a temática socioambiental de maneira mais profunda e complexa, identificando diferentes formas de atuarem individual e coletivamente para conduzi-la a patamares mais justos e sustentáveis;
- » amplia a interação e a comunicação em rede de jovens e organizações de diferentes locais, municípios, estados, regiões e países, facilitando a visualização de que a temática socioambiental se configura numa discussão global, atual e que envolve visões diferentes e muitas vezes contraditórias e conflituosas;
- » potencializa o trabalho de jovens, de organizações e de coletivos de juventude realizado nessa área, amplificando sua voz e seu poder de transformação;
- » amplia perspectivas e oportunidades de atuação qualificada de novos profissionais com uma visão integrada da sustentabilidade em todas as áreas.



Explore

Para saber mais sobre os Coletivos Jovens de Meio Ambiente, acesse a publicação: [Estrutura Organizacional da Política e Programa Nacional de Educação Ambiental](#)

Fonte: Subsídios para gestão compartilhada de bacias hidrográficas: educação ambiental e elaboração de projetos no Sorocaba e Médio Tietê. São Paulo: Instituto Refloresta, 2013.

Material Complementar

Para complementar os conhecimentos adquiridos nesta Unidade, acesse:

Publicação:

- Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA
<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>

Sites:

- Rede Paulista de Educação Ambiental
<http://www.repea.org/>
- Ministério do Meio Ambiente
<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental>
- Programa Nacional de Escolas Sustentáveis
<http://cursosdh.files.wordpress.com/2013/10/programa-nacional-escolas-sustentc3a1veis-28-10-2013.pdf>

Referências

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação-Geral de Educação Ambiental. **Coletivos Jovens de Meio Ambiente: Manual Orientador**, 2005.

Documento Brasil 2005.

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade. Caminhos de uma utopia, políticas públicas de educação ambiental no Brasil. In: **Subsídios para gestão compartilhada de bacias hidrográficas: educação ambiental e elaboração de projetos no Sorocaba e Médio Tietê**. São Paulo: Instituto Refloresta, 2013.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patricia; FERRARO, Luiz Antonio. **Educação Ambiental como política pública**. In: Revista Educação e Pesquisa, v.31, n.2, 2005 (<http://www4.fe.usp.br/revista>).

SORRENTINO, Marcos. Caminhos de uma utopia, políticas públicas de educação ambiental no Brasil. In: **Subsídios para gestão compartilhada de bacias hidrográficas: educação ambiental e elaboração de projetos no Sorocaba e Médio Tietê**. São Paulo: Instituto Refloresta, 2013.



Educação a Distância

Cruzeiro do Sul Educacional

Campus Virtual

www.cruzeirodosulvirtual.com.br

Campus Liberdade

Rua Galvão Bueno, 868

CEP 01506-000

São Paulo SP Brasil

Tel: (55 11) 3385-3000

